

Comentários do diplomata argentino Tomás Guido sobre a política externa do Império do Brasil em 1839^{1*}

Comentarios del diplomático argentino Tomás Guido sobre la política exterior del Imperio de Brasil en 1839

Comments by the Argentinian diplomat Tomás Guido on the foreign policy of the Empire of Brazil in 1839

JULIANA DA SILVA SABATINELLI

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

juliana.sabatinelli@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-7092-0440>

RESUMEN

En 1839, el ministro plenipotenciario de la Confederación Argentina, Tomás Guido, escribió el texto «Observaciones sobre la política exterior del Imperio del Brasil», cuando se encontraba en misión en Chile como representante de la Confederación. Brasil adoptaba una política exterior neutral debido a la inestabilidad de su política interna y Guido redactó el texto en respuesta al «Discurso del Trono» de ese año, con argumentos basados en el concepto de Americanismo y sus aportes principales. Este trabajo busca analizar la estructura textual de ese manuscrito con las herramientas de la Historia del discurso y del lenguaje político, dialogando con las propuestas de la Nueva Historia Diplomática y contribuyendo a la historiografía brasileña y argentina del siglo XIX.

PALABRAS-CLAVES:

Discurso político - Relaciones exteriores – Americanismo - Nueva Historia Diplomática.

ABSTRACT

In 1839, Tomás Guido, Minister Plenipotentiary of the Argentine Confederation, wrote the text ‘Observaciones sobre la política externa del Imperio del Brasil’ (Observations on the Foreign Policy of the Empire of Brazil) while on a mission to Chile as

^{1*} Fecha de recepción del artículo: 31/10/2025. Fecha de aceptación: 20/04/2026.

representative of the Confederation. Brazil adopted a neutral foreign policy due to the instability of its domestic politics, and Guido wrote the text in response to that year's 'Fala do Trono' (Speech from the Throne), with arguments based on the concept of Americanism and its main ideas. This work seeks to analyse the textual structure of this manuscript using the tools of the history of discourse and political language, engaging with the proposals of New Diplomatic History and contributing to Brazilian and Argentine historiography of the 19th century.

KEYWORDS

Political discourse - Foreign relations – Americanism - New Diplomatic History.

O presente artigo busca analisar a organização dos argumentos, a estrutura textual e a disposição do discurso político do general argentino Tomás Guido no documento intitulado “Observaciones sobre la política externa del Imperio del Brasil”, datado de 25 de novembro de 1839, enquanto estava na capital Santiago de Chile como ministro plenipotenciário das relações exteriores da Confederação Argentina. O manuscrito de Guido foi feito em resposta à “Fala do Trono” - comunicação oficial de abertura dos trabalhos legislativos do Império do Brasil de 3 de maio do mesmo ano² -, contém 12 páginas e está organizado em três seções. É um texto corrido, com poucas rasuras e organizado com a intenção de publicar - os títulos são centralizados, a escrita é argumentada, há indícios de levantamento de informações e não é assinado, o que indica que não foi enviado prontamente a alguém. Essa fonte foi encontrada no Fundo Guido, disponível no Archivo General de la Nación, na cidade de Buenos Aires, para consulta local.

O objetivo central do artigo é ampliar os conhecimentos históricos e diplomáticos das relações entre o Império e a Confederação Argentina durante o governo de Juan Manuel de Rosas em Buenos Aires. A maioria dos trabalhos históricos publicados nesse tema abordam o bloqueio franco-inglês e as interações provinciais ao Norte, colocando a relação com o Brasil juntamente ao problema da guerra civil uruguaia. Nesse sentido, o Império do Brasil é apresentado como um importante articulador da política platina e apresenta-se que Rosas temia a ação do governo imperial devido à sua grandeza territorial e à influência junto aos países europeus. No

² Brasil. Senado Federal. Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889; acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária. (Brasília: Senado Federal, 2019), 241.

entanto, os interesses do governo rosista em estabelecer relações com o Brasil em um cenário tensionado pelos eventos no Uruguai e na fronteira do Rio Grande do Sul - mais precisamente, a Farroupilha (1835-1845), a ação de representantes, a articulação de acordos entre os Estados e demais ações possíveis entre países ainda são um campo fraco na historiografia argentina e na historiografia sobre o período rosista.

Ainda que a historiografia argentina sobre a formação do Estado nacional e sua consolidação tenha se desenvolvido principalmente entre os anos 1980 e 2000³ e que isso tenha contribuído para a renovação dos olhares sobre o país e a relação com os vizinhos, a reformulação desse campo de trabalho vem acontecendo a partir de estudos da agência diplomática de representantes da “Legación Argentina” nos países americanos, de letrados e de agentes de outros países na Argentina. É esse o caminho que este trabalho se propõe a trilhar⁴.

No contexto da Confederação Argentina (1835-1852), a condução das relações exteriores encontrava-se ancorada no Pacto Federal de 1831, que estabelecia a delegação das relações exteriores à província de Buenos Aires, conferindo ao governador em curso a responsabilidade pela representação internacional das províncias confederadas. Tal pacto consolidava princípios delineados pela Lei Fundamental de 1825, que havia instituído bases para a articulação política entre as províncias e a centralização de determinadas atribuições estratégicas⁵.

Rosas assumiu o cargo de governador da província de Buenos Aires em 13 de abril de 1835, e cumpriu essa função por meio de redes de sociabilidade, parcerias, tratados e cartas⁶. Os documentos escritos do período rosista indicam que Rosas possuía uma escrita “obsesionada”, ou seja, escrevia cartas, bilhetes e ofícios por cerca de 14 horas por dia, centralizava as decisões em sua figura política e tornava a burocracia estatal mais difícil devido ao seu olhar controlador em boa parte das ações internas à Confederação. No comando das relações exteriores, o comportamento não era diferente:

³ Ver mais, entre outros: Víctor Tau Anzoátegui. *Formación del Estado federal argentino, 1820-1852. El gobierno de Buenos Aires y los asuntos nacionales*. (Buenos Aires: Perrot, 1996); Natalio Botana y Ezequiel Gallo, *De la República posible a la República verdadera (1880-1910)*. (Buenos Aires: Ariel, 1997); Oscar Oszlak, *La formación del Estado argentino. Orden, progreso y organización nacional*. (Buenos Aires: Planeta, 1997).

⁴ Ver mais em: Paula Bruno, “Vida intelectual de la Argentina de fines del siglo XIX y comienzos del XX. Un balance historiográfico”. *Polhis: Revista Bibliográfica del Programa Interuniversitario de Historia Política*, ano V, N° 9, 2012; Edmundo Heredia, “Relaciones internacionales latinoamericanas: historiografías y teorías”. *Estudios Ibero-Americanos, PUC-RS*, vol. 34, N° 1, 2008.

⁵ Víctor Tau Anzoátegui. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Tomo V. (Buenos Aires: Editorial Planeta, 2000).

⁶ Andrea Reguera, *El mundo relacional de Juan Manuel de Rosas: un análisis del poder a través de vínculos y redes interpersonales*. (Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2019), 20-25.

Tomás Guido foi enviado em missão extraordinária ao Império do Brasil, em julho de 1841, e seus poderes eram restritos, sobretudo para a formalização de tratados⁷. Uma vez no Rio de Janeiro, Guido manteve um contato mais frequente com o ministro das relações exteriores em Buenos Aires, Felipe Arana, que, até meados de 1843, enviava comandos e diretrizes a Guido por meio de cartas e ofícios.

Para além de ser um método de comunicação utilizado entre os países durante o século XIX, a escrita epistolar serviu como um meio de coerção do rosismo, sendo uma comunicação direta e escrita, em alguns momentos, em primeira pessoa e assinada pelo próprio. Foram bilhetes feitos com uma caligrafia que indicava pressa, cartas com discussões e orientações importantes sobre a Confederação, convites para jantares no Caserón (localizado no bairro de Palermo, na capital Buenos Aires) e ofícios destinados a governadores, embaixadores, capatazes, juízes de paz, políticos, jornalistas e outros cargos importantes que construíram uma rede de comunicação e de vigilância pessoal. O que diferenciou a escrita de Rosas nesse cenário foi seu uso para a constituição de uma rede de comunicação com os diversos setores do poder,

basado en la capacidad de crear y reproducir un control de carácter individualizador, se fundaba en la idea de que Rosas, como jefe supremo y conductor, extendía su autoridad tanto sobre los individuos como sobre los territorios que éstos habitan, guiando a todos y a cada uno para hacer prevalecer la unidad sobre el conflicto⁸.

Nesse sentido, e entendendo que a escrita epistolar indica intenções, argumentos, manejo de ideias, sentimentos, variação de discurso - oficial e pessoal -, informa situações íntimas e mistura o público e o privado quando se trata de homens com cargos oficiais⁹, como Tomás Guido, o desenvolvimento deste trabalho se insere nos debates e discussões pertinentes à Nova História Diplomática, que entende as agências diplomáticas, as redes de sociabilidade, os congressos científicos, os textos publicados em periódicos, as cartas íntimas e outras várias fontes de cunho diplomático como possibilidades para a ampliação do escopo temático do campo de estudo. Além disso, vinculando-se às Relações Internacionais, os historiadores deste ramo procuram

⁷ Andrés Cisneros y Carlos Escudé (dir.). *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. (Buenos Aires: Cari, 2000).

<https://web.archive.org/web/20160304125817/http://www.argentina-rree.com/4/4-002.htm>

⁸ Marcela Ternavasio, *Correspondencia de Juan Manuel de Rosas*. (Buenos Aires: Eudeba, 2005), 16.

⁹ Ângela de Castro Gomes (org.), *Escrita de si, escrita da história*. (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004), 12; 14-15; Christophe Prochasson, "'Atenção: Verdade!'" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas". Tradução de Dora Rocha. *Estudos Históricos*, (Rio de Janeiro, n. 21, 1998), 111-112; Giselle Martins Venâncio, "Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna". *Estudos Históricos*, (Rio de Janeiro, n. 28, 2001), 25.

diminuir o espaço entre as ciências, ampliando o contato, inclusive, com outras áreas do conhecimento humano para estabelecer outras/novas perspectivas acerca da diplomacia latinoamericana¹⁰.

Além disso, utiliza-se as ferramentas da História dos discursos - dialogando-se com a história da linguagem política e história dos conceitos - para identificar e analisar a estrutura do texto, a intencionalidade, identificar os argumentos e aspectos da linguagem utilizada na escrita e na construção do texto em si. Indica-se, também, a materialidade da fonte, indícios que apontam para o caráter físico do texto enquanto documento oficial, registro de um diário, rascunho, carta íntima, entre outros¹¹.

O MINISTRO PLENIPOTENCIÁRIO TOMÁS GUIDO

Tomás Guido tornou-se general em meados da década de 1810, participou da Revolução de Maio e da guerra pela libertação do Chile ao lado do general José de San Martín, com quem tinha uma relação de amizade e admiração¹². No final da década de 1820, já em Buenos Aires, Guido foi nomeado negociador de paz junto ao ministro das Relações Exteriores, Juan Ramón Balcarce, para a resolução da guerra com o Império do Brasil pela antiga Província Cisplatina. A nomeação foi feita por Manuel Dorrego, governador de Buenos Aires, diante da renúncia do presidente Bernardino Rivadavia em 1827. Um dos primeiros registros oficiais de Guido no Brasil é um documento de 6 de agosto de 1828, escrito por Balcarce ao Imperador Dom Pedro I, informando o envio de um ministro plenipotenciário para “tratar sobre la terminación de la guerra consistente entre ambos países” e pedindo que os representantes brasileiros proporcionassem “las facilidades necesarias para bajar á tierra con su comitiva y equipaje”¹³. Nessa missão, o ministro tratou e assinou a “Convención de Paz” (ou Tratado do Rio de Janeiro),

¹⁰ Pilar Cagiao Vila (ed.), *Donde la política no alcanza. El reto de diplomáticos, cónsules y agentes culturales en la renovación de las relaciones entre España y América, 1880-1939*. (Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2018), 12-20.

¹¹ Patrick Charaudeau, *Discurso Político*. (SP: Editora Contexto, 2006); Jonh. G. A. Pocock, *Linguagens do Ideário Político*. (São Paulo: Edusp, 2003); Javier Fernández Sebastián, *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. (Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Cultura, 2009); Quentin Skinner, “Motivos, intenciones e interpretación”. *Revista de historia del pensamiento moderno*, N° 1, 2009. Traduzido de Margarita Borroguero Zuloaga, 77-92.

¹² Jorge G. Paredes Muñante, “San Martín: entorno a sus orígenes”. *Runayachachiy: revista electrónica virtual*, 2009, 24-25. Ariel A. Eiris, “José de San Martín y sus vínculos con letrados diplomáticos del Río de la Plata: relaciones personales, intercambios epistolares y gestiones internacionales (1812-1850)”. *Folia Histórica del Nordeste*, N° 51, set./dez. 2024, 63-99. <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/251167>.

¹³ Item documental. 06 de agosto de 1828. Arquivo Histórico do Itamaraty. A inscrição do arquivo está errada. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Unidade AHI - Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro. Itamaraty Digital. <<https://atom.itamaraty.gov.br/index.php/ofi-280-4-9-1823-08-06>>.

documento que respaldou a relação da Argentina com o Brasil sobre o Uruguai até meados do século XIX.

Na década de 1830, Guido estava em missão como ministro da Confederação das relações exteriores da Bolívia, Chile e Equador. Em virtude da assinatura do tratado de paz e comércio com a França feito por Rosas no final da década, o ministro representante da Confederação no Brasil, Manuel de Sarratea, foi enviado a Paris e substituído por Guido, que chegou ao Rio de Janeiro em 12 de julho de 1841. Em nota oficial de 18 de abril de 1842, Felipe Arana escreveu ao Imperador Dom Pedro II, saudando-o com “Grande y Buen Amigo”, explicando a saída de Sarratea e esperando que o monarca admitisse “su Sucesor al Gral. D. Tomas Guido la expresion de nuestro reconocimiento por la bondad con que ha tenido á bien honrarlo”¹⁴. A nota está assinada por Rosas e Arana e possui um tom informativo sobre a troca de representantes da Confederação no Império.

Nos primeiros anos de sua agência no Brasil, Guido trocou correspondências com o ministro argentino Felipe Arana que, desde Buenos Aires, enviava os principais caminhos da missão. A comunicação de Arana com os agentes diplomáticos balanceava o trabalho dos representantes nos países. Isso porque os homens que iam em missão representando a Confederação não possuíam poderes de decisão e assinatura de tratados e acordos, sendo necessário o envio do texto oficial ao ministro Arana, do ministro para Rosas, que lia e comentava se aceitava ou não, e retornava para Arana, que despachava a decisão final do governador. Além de longo, o processo reafirmava a política centralizadora adotada por Rosas em seu governo.

Mariano Kloster aponta: “Es que la diplomacia se activaba frente a una entidad con la cual las Provincias mantenían un estado de paz que podemos caracterizar como frágil”, tendo em vista consolidação do Estado uruguaio em 1828 em virtude de um acordo com o Brasil. Assim, lidava com cuidado com país vizinho, também porque o mesmo possuía dimensões de território continentais, era aliado da Inglaterra e mantinha um sistema político considerado distante de boa parte dos países vizinhos. O governo argentino também temia que os exilados do governo rosista, aqueles que discordavam de Rosas e era considerado “unitários”, estivessem conspirando com os rebeldes do Sul contra a Confederação. Assim, “la garantía de neutralidad que se le solicitaba a Brasil estaba vinculada a la necesidad de defender la integridad territorial de la Confederación

¹⁴ Archivo General de la Nación de la República Argentina (en adelante AGN), Sala VII - Fondo Guido, folio 220.

Argentina”¹⁵.

Entre os séculos XVIII e XIX, destaca-se a figura do letrado, destinada à atividade diplomática das várias formas de Estado que se configuraram no Prata. Homens como José de San Martín, Manuel de Sarratea, Manuel Moreno e Felipe de Arana eram funcionários associados à política que podiam ocupar vários cargos do governo, como legisladores, escritores, assessores, ministros, docentes, literatos e diplomata, mesmo que o cargo não existisse formalmente nesse contexto. A maioria deles possuíam formação para trabalhar no cargo destinado, como Direito, Política ou Economia. “Diferente era el caso de Tomas Guido, amigo personal del general, quien tuvo una actuación destacada como diplomático, pero desde una preparación esencialmente basada en su experiencia política y militar.”¹⁶.

GUIDO E A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL (1839)

Em 1839, o Brasil era governado por regentes, uma vez que o sucessor ao trono, Pedro de Alcântara, ainda era menor de idade e não poderia assumi-lo, conforme estabelecia a Constituição de 1824. Esse período, compreendido entre 1831 e 1840, ficou conhecido como Regência. A “Fala do Trono” de 1839 foi proferida por Pedro Araújo de Lima, o Marquês de Olinda, então último regente do Império e membro do Partido Conservador. Tradicionalmente, esse discurso era breve e tinha como objetivo apresentar à Assembleia Geral as principais diretrizes e preocupações do governo, tanto no âmbito interno quanto externo. Na abertura da Câmara, destaca-se:

Nenhuma alteração tem ocorrido em as nossas relações de amizade com as outras nações, que não cessam de dar-nos as mais satisfatórias demonstrações do muito que se interessam pela consolidação da monarquia brasileira e pela glória e prosperidade do Império: e removidos se acham os motivos que pareceram fazer suspeitar por um momento da perfeita inteligência entre o gabinete imperial e a Santa Sé. Na província do Rio Grande do Sul ainda dura infelizmente a luta motivada pela fascinação de uma parte de seus habitantes; mas a perseverança e moderação do governo imperial, auxiliadas pelo exemplo de firmeza e lealdade dos brasileiros fiéis aos seus juramentos farão (eu o espero do Todo Poderoso) restabelecer o império da lei e cimentar a concórdia entre os filhos da mesma família. Nas outras províncias do Império manifesta-se

¹⁵ Mariano Kloster, “La conformación de la cara externa de la soberanía de las Provincias Argentinas. Un análisis de la atribución de relaciones exteriores, entre los congresos constituyentes de las décadas de 1820 y 1850”. Tese (Doctorado en Historia), Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, 2023, 247.

¹⁶ Ariel A. Eiris, “José de San Martín y...”

geralmente (com prazer o digo) um espírito de ordem, com dedicação aos princípios de uma bem entendida liberdade, que nos augura duradoura paz¹⁷.

A Fala do Trono foi incoerente com o contexto brasileiro, sobretudo com relação às províncias internas. Para além da Farroupilha, que acontecia no Rio Grande do Sul desde 1835, outros levantes - como a Cabanada, em Pernambuco (1832-1837), e a Revolta de Malês, em Salvador (1835) -, questionaram a unidade do território, do sistema monárquico e de condições sociais, tornando o período instável política e economicamente. Nesse sentido, o final do texto do Marquês indica uma ordem interna que se reconsolidava. As amizades com os países vizinhos estavam sem alterações porque as relações exteriores do Brasil ficaram temporariamente em segundo plano nesse contexto, em virtude da contenção dos problemas internos pela manutenção do território imperial¹⁸.

Foi nesse cenário da política brasileira que Guido escreveu o texto intitulado como “Observaciones sobre la política externa del Imperio del Brasil”, enquanto estava em missão na cidade de Santiago do Chile. Sendo uma resposta ao texto brasileiro, Guido se explica, dizendo que: “me inducen á ofrecer á la consideracion de los estadistas brasileiros algunas observaciones sobre el sistema de política externa que me parece conviene al Imperio americano adoptar.”. O diplomata justifica a construção do texto mediante à dor que sentiu em ver alguns princípios que pareciam incontestáveis sendo impugnados pelo Brasil e amplia seu argumento para o coletivo, dizendo que sentia “profundamente que haya un solo brasileiro que no piense, como buen americano, que la politica americana es la única que nos conviene adoptar.”. Ainda nesta introdução, Guido se coloca como brasileiro, dizendo “estoy persuadido de que los intereses más trascendentes de mi patria están pendientes de aquella política” e como monarquista, “por pensar tambien que la monarquia no se consolidará perfectamente en el Brasil, mientras no hacen todos los esfuerzos por sostener nuestros intereses y dignidad nacional”¹⁹.

A introdução chama a atenção pelo uso de “brasileiro” e “monarquista” de um jeito curioso e bem articulado. O governo brasileiro conhecia Guido desde a Convenção de 1828 e boa parte dos homens que administravam o país naquele contexto estava em

¹⁷ Brasil. Senado Federal. “Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889; acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária”. (Brasília: Senado Federal, 2019), 241-242.

¹⁸ Gabriela Nunes Ferreira, *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial* (São Paulo: Hucitec, 2006), 46-47; 50.

¹⁹ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

seus cargos. O uso dos termos foi pensado e utilizado com propriedade, em uma tentativa de aproximação identitária feita a partir do espírito “americano”. Em um contexto de consolidação e afirmação de identidades nacionais, encaixar-se tal qual os habitantes do Império era uma forma de colocar-se no lugar deles para entender sua realidade, identificar o sistema monárquico escolhido como um meio seguro de afirmar-se como “americano” e, a partir daí, conversar com o governo para seguir um caminho “americanista”. Como se o Brasil pudesse melhorar a política externa com seus vizinhos naquele momento; como se Guido falasse tal qual aqueles que moram no Brasil, entendendo a situação interna do país.

Essa estratégia expressa o pensamento do diplomata e homem político Guido sobre o Brasil: sem inimizades, sem apontamentos históricos e políticos de “europeização”, sem distinção identitária nacional, sem a tradicional distância cultural e linguística para aproximar-se do grande vizinho. O caminho escolhido pelo diplomata demonstra seu olhar para as relações exteriores, com um posicionamento crítico da postura do Brasil.

Para estruturar e desenvolver suas ideias, o ministro argentino indica que o texto se divide em três partes: 1ª parte: “emprender un ligero desenvolvimiento de la llamada política americana”, 2ª parte: “trataré de probar que esa política es la que conviene al Imperio del Brasil” e a 3ª parte: “trataré de destruir las objeciones de impracticabilidad, proponiendo un medio de llevar adelante el tan popular proyecto de la Liga Americana”.²⁰

Alguns apontamentos antes da análise do texto em si. O governo rosista disseminava principalmente pela imprensa oficial, o jornal *La Gaceta Mercantil*, os ideais do federalismo adotados pela Confederação, que se baseavam no seguimento ao Federalismo, tanto no campo ideológico quanto no simbólico. Assim, a adesão ao governo deveria ser mostrada com o uso da divisa punzó - uma espécie de botton na cor vermelha, que se colocava na lapela da blusa -, com a participação dos eventos públicos - como as Fiestas Mayas -, com o bradar e o uso escrito das frases de efeito “Viva la Confederación Argentina! Mueran los salvajes unitarios!” e, em uma demonstração quase total de adesão ao governo, o ingresso no grupo paramilitar rosista, La Mazorca. A construção desse governo deu-se por meio da censura aos principais jornais de opinião pública que fossem inclinados ao Partido Unitário, à perseguição, exílio e/ou morte dos inimigos e à criação de um cenário de vigilância constante, já que a qualquer

²⁰ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

sinal de “unitarismo”, alguns seguidores fiéis a Rosas denunciavam a situação à Mazorca²¹.

No início do segundo governo rosista (1835), o conceito de inimigo estava vinculado aos unitários, facção política que se organizou no Congresso de 1824-1827 e teve seu “auge” político com a eleição de Bernardino Rivadavia como presidente das Províncias. Diante de sua renúncia e da falência do projeto nacional proposto, a crise política que as províncias enfrentavam desde o início da década retornou com a ação dos federais para reverter o cenário político. Das haciendas do interior de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas foi o nome escolhido como governador de Buenos Aires, a fim de garantir a ordem entre as províncias. Em um primeiro momento, a questão com os unitários foi posta em segundo plano e Rosas reorganizou a economia portuária e a relação com os governadores. A partir de 1835, os unitários se tornaram os maiores culpados por todo e qualquer problema que os governadores tinham, inclusive influenciando a ação de países estrangeiros contra Buenos Aires e a Confederação. A ação violenta da Mazorca, somada à centralidade de Rosas na condução política da província capital a partir de 1835, gerou uma “limpeza” dos considerados inimigos. Nesse momento, o entendimento de “inimigo” estava diretamente relacionado ao “unitário” e, mais ainda, a qualquer pessoa, jornal, grupo e país que se colocasse em oposição aos interesses do governo rosista²².

Sobre os conceitos de América e americanismo, que tiveram diferentes usos e entendimentos desde a colonização espanhola, a palavra “América” apareceu pela primeira vez na “Cosmographiae Introductio”, de Martin Waldseemüller, em 1508, para designar a parte meridional do Novo Mundo. A coroa espanhola “solía emplear en sus documentos oficiales el nombre de Indias Occidentales, que reemplazó por el de América en 1681 con ocasión de la firma de un tratado por el que se devolvía a los portugueses la actual ciudad uruguaya de Colonia del Sacramento”.²³ No período das independências, América fazia referência ao novo e ao futuro, enquanto Europa ligava-se ao velho e ao passado e o significado de “americanismo” apareceu a partir da edição de 1884 do Dicionário da Real Academia Espanhola. Atualmente, o termo possui sete

²¹ Gabriel Marco Di Meglio, *¡Mueran los salvajes unitarios!: la Mazorca en tiempos de Rosas*. (Buenos Aires: Sudamericana, 2007), 48-49; Ricardo Salvatore, “Fiestas Federales: representaciones de la República en la Buenos Aires rosista”. *Entrepasados: Revista de História*, ano VI, Nº 15, 1994, 2-3.

²² Marcela Ternavasio, *Historia de la Argentina. 1806-1852*. (Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013), 40-54.

²³ Nora Souto, “América - Argentina, Río de la Plata”. En: *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, coordinado por Javier Fernández Sebastián. (Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Ministerio de la Cultura, vol. I, 2009), 68.

atribuições, em que se destaca a sexta: “6. m. Vocablo, giro o rasgo fonético, gramatical o semántico peculiar o procedente del español hablado en algún país de América”²⁴.

O conceito ganhou força no período das independências ao levantar um sentimento de pertença ao continente, em um cenário de (re)construção de identidades. Utilizado pelos propagandistas do rosismo para criar uma retórica antiestrangeira com a defesa da independência nacional e americana, os governos republicanos foram devidamente valorizados como “base de la organización política de los Estados americanos” e o Americanismo fortaleceu-se como “sentimiento de conservación y defensa”.²⁵ Os publicistas de Rosas criaram um imaginário do “sistema americano”, uma “confraternidad de repúblicas americanas enfrentadas con las ambiciosas monarquías europeas”; uma espécie de patriotismo ampliado e continental que servia de conexão em um cenário de formação da identidade nacional. As repúblicas americanas eram civilizadas, a “barbárie” estava concentrada na Europa, somente os “americanos” entendiam a natureza de suas sociedades e só a eles cabia a organização política, adaptando teorias europeias às realidades americanas. Dessa forma, a figura política de Rosas foi consolidada internamente como o “Gran Americano” e seus opositores eram vistos como “antiamericanos”.²⁶ Para exemplificar essa construção simbólica, conceitual e política sobre o Americanismo e a ideia de liberdade, destaca-se o texto “Rasgos de la vida pública de S. E. el Sr. Brigadier General D. Juan Manuel de Rosas”, em que os editores apontam que a independência nacional havia chegado sem discussão e que, quebrados os vínculos

que nos ligaban al gobierno metropolitano, la proclamación de los principios sancionados el 9 de Julio de 1816 habia sido solemnemente confirmada por el poder irresistible del sentimiento americano, que en los campos de Junin y Ayacucho derribó para siempre los últimos restos del coloso español. Parecia haber sonado la hora en que debiera hacerse práctica nuestra deseada libertad política. [...] ²⁷.

No jornal do governo rosista, o *La Gaceta Mercantil*, os editores utilizavam escritos para reforçar o sentimento americano no dia-a-dia de Buenos Aires e ampliar o contato com as camadas mais baixas da sociedade portenha. Na edição de 3 de janeiro

²⁴ Huguette Pottier-Navarro, “El concepto de Americanismo léxico”. *Revista de Filología Española*, vol. LXXII, N.º 3/4 (1992).

²⁵ *La Gaceta Mercantil*, Buenos Aires, 23 de janeiro de 1844; 28 de agosto de 1849. Disponível na: Sala del Tesoro, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

²⁶ Noemí Goldman, *Nueva Historia Argentina. Tomo 3. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. (Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998), 336-337.

²⁷ Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1842, 8. en: Obras raras. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Grifos meus.

de 1837, contou-se a inauguração da “Décima-Cuarta Legislatura de la Provincia con asistencia del Exmo. Sr. Gobernador y sus Ministros”, feita em 1º de janeiro daquele ano. Os editores pontuaram que “ha habido iluminacion por la noche, músicas, fuegos artificiales” e que “ha circulado multitud de composiciones métricas de las que publicamos las siguientes”. Entre as composições publicadas, destaca-se a seguinte:

Hoy mas que nunca América elevada
Se vé brillar a par de las naciones
La mas celosa de sus instituciones
Augusta Libertad y Ley sagrada,
El órden y la paz Confederada
Sostienen con ardor dignos campeones
Que arrojando la logia y sus legiones
A la patria dejaron resturada [sic]
Que este honor delegais á la memoria
Y la posteridad tan nobles fueros,
En los anales de la fiel historia
Pues que fundasteis la futura suerte
En la FEDERACION inclita y fuerte²⁸.

Além de uma linguagem acessível, nota-se que há erros de escrita e concordância, - que não se sabe se é da escritura do jornal ou do original de quem escreveu a composição - , bem como não se apresenta os autores dos poemas, levando a pensar que os próprios partidários do governo podem ter escrito para dar a noção de que várias pessoas não-políticas estavam envolvidas no ocorrido. Nota-se que a América é posta como uma observadora externa, que contempla a formação das nações sob a luz da liberdade e das instituições que fundamentam a pátria confederada; a confiança na história que será contada sobre os “campeones” e a valorização da memória desses grandes feitos que apontam o passado como problema, o presente como solução e ao que virá como a manutenção dos bons feitos. A boa ilusão criada pelo jornal e pelo discurso governista de que a Confederação era ordenada, nova e condizente com o sentimento americano foi criada por meio de um discurso político pensado e articulado com “as maiorias”, tanto na linguagem adotada como na mensagem transmitida, indo de encontro aos inimigos unitários, ligados às camadas médias e às elites do Prata.

Com relação aos países vizinhos, Rosas se entendia como o defensor do Americanismo sul-americano, sobretudo frente às investidas de Inglaterra e França na Bacia do Prata. Ele utilizava sua influência política com os governadores das províncias

²⁸ Disponível em: Sala del Tesoro, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

confederadas para articular disputas nas fronteiras, encarando lideranças locais e grupos considerados “unitários”, a fim de justificar os investimentos dos governadores em soldados, armamento e marinha, voltados para a proteção do porto e da cidade de Buenos Aires.²⁹ Sobre o Brasil, o grande Império escravista incomodava o governador de Buenos Aires, que temia a expansão imperial na Bacia do Prata, bem como a ingerência brasileira, tanto na política, como no território. Observa-se também que um império, com liderança portuguesa, escravista, com um processo de independência que não havia gerado traumas sociais profundos e liderado por elites brancas estava longe de ser “americano”.

Esta tradición interpretativa va a subrayar una serie de contrastes en la evolución de la América lusitana respecto a la América independiente nacida en los dominios españoles: monarquía frente a república, unión frente a fragmentación, evolución pacífica frente a permanentes guerras intestinas, orden frente a desorden³⁰.

A tradição também pode ser exemplificada por Jorge Luis Borges, que sintetizou a imagem do Brasil presente na mentalidade argentina: o vizinho de colonização lusa era “envolvido em aura de mistério, que desperta sentimentos contraditórios de admiração e desprezo, atração e repulsa”³¹. Domingo Faustino Sarmiento colaborou com a tradição por meio da dicotomia “civilização e barbárie”, em que os países se tocavam e se afastavam em diferentes pontos: políticas caudilhescas e anárquicas *versus* ordem e civilização imperial; raças consideradas superiores e habitantes de climas temperados *versus* mestiços e negros habitantes de zonas tórridas; calma social *versus* convulsões políticas, etc³².

Esses conceitos e princípios fazem parte do olhar e do discurso de Guido sobre a política externa brasileira, principalmente na tentativa de colocar o Império nas questões do Prata e aproximar o governo instável da Regência à Confederação, que se estruturava internamente sob a figura de Rosas. Então, projetando esse cenário e ligando as movimentações brasileiras à ideia do Americanismo, Guido desenvolve seu texto.

A primeira parte se chama “Lo que es política americana”. Guido começa analisando a história do novo mundo e comparando o estado social antes e depois da emancipação política, “y despues de esta gloriosa época, verá el hombre imperial que

²⁹ Jorge Myers, Orden y Virtud. *El discurso republicano en el régimen rosista*. (Universidad Nacional de Quilmes: Bernal, 1995), 60.

³⁰ Carlos Altamirano, *La invención de nuestra América. Obsesiones, narrativas y debates sobre la identidad de América Latina*. (Buenos Aires: Siglo XXI, 2021), 29-30.

³¹ Jorge Luis Borges. “El muerto”, en *El Aleph*. (Buenos Aires: Emecé, 2005), 31-32.

³² Alessandro Candéas, *A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”*. (Brasília: FUNAG, 2017), 68.

las brillantes esperanzas de los amigos y autores de la independencia todavía se hallan lejos de la realización”. Seu argumento para “provar” essa distância dos desejos da independência - ordem, desenvolvimento comercial e tecnológico, organização social, mudança política, ampliação das leis, etc - utiliza o desenvolvimento “próspero del Canadá, de la Nueva Holanda y de la Isla de Cuba”, que tornam esses desejos possíveis porque o desenvolvimento desses espaços está, para Guido, presente naquelas sociedades desde antes da independência. Mas ele continua o argumento sendo realista e apontando que “falta orden en el interior, y de respeto en el exterior”, situação que toda América passa e que “ha experimentado la America del Sud, después que sacudió el yugo metropolitano”³³.

Nesse trecho, Guido aponta alguns pontos de “sucesso” na América com relação à economia e à agricultura, mas a realidade era que a economia latino-americana passava por uma situação econômica crítica. De maneira geral, até meados do século XIX, embora a economia dos países independentes da América Latina se caracterizasse pela abertura ao livre comércio, o volume de mercadorias que as elites latino-americanas esperavam vender ou comprar era pequeno em relação às possibilidades que anteriormente existiam. A balança comercial negativa era prejudicial a essas economias, que eram instáveis devido aos anos de guerra e aos problemas internos ligados às fronteiras, à formação da nação, aos conflitos de poder etc. Sem receber os capitais esperados dos investidores estrangeiros, que se mostravam vacilantes frente às dificuldades de estabelecer acordos e tratados políticos com os novos países, o comércio era impreciso. Outro dado importante é que poucos comerciantes ingleses estavam interessados em investir nos sistemas produtivos latinoamericanos, optando por relações comerciais que haviam estabelecido no período colonial com determinadas cidades³⁴.

No Brasil, a década de 1830 apresentou pontos menos críticos, com leis que faziam parte da diplomacia com a Inglaterra e do investimento no café, somando-se com as exportações de açúcar, algodão e fumo. As revoltas provinciais exigiram realocação dos custos, destinados às forças militares, e os impostos aumentaram para manter a economia girando. Com a chegada de Dom Pedro II ao poder, entre 1840 e 1850, período que o tráfico de escravizados foi impactado com a Lei Eusébio de Queiroz, observou-se um ritmo lento de expansão das exportações quando comparado à segunda

³³ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

³⁴ Claudia Wasserman, *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. (Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2000), 183.

metade do século XIX, marcado pela perda acentuada da participação do açúcar nas exportações e pela ascensão do café como principal item de exportação³⁵.

Guido aponta os exemplos da América Central como ponto de observação de um possível “sucesso”, mas o foco eram os problemas de ordem interna. E nisso, a Confederação possuía um passado marcado por vários eventos desta ordem, principalmente na década de 1820, chamada de “anarquía del año 20”³⁶. Porém, Rosas havia voltado ao governo de Buenos Aires justamente para reordenar as províncias e a Confederação estaria menos caótica em 1839 em relação aos anos anteriores. Foi com esse olhar e dessa posição que Guido construiu um argumento de compatibilidade entre o Brasil e os países após a independência por serem americanos, no final das contas.

Nessa lógica, aproximando-se do Brasil por ser “brasileiro” e “monarquista” e posicionando o Império dentro da América por meio das realidades políticas e econômicas apresentadas, Guido retorna ao tema da identidade, agora diante de “una nación extraña”:

El deseo de obtener un gobierno directamente soberano y fundido en el principio de la nacionalidad, ese principio arraigado en el corazon de todo hombre virtuoso y de sentimientos elevados, fué uno de los principales promotores del movimiento regenerador y por ventura está la América en el goce de esos preciosos bienes? Estará consumada la obra de la independencia, mientras estuviese en ella expuesta á que una nacion extraña atente contra su soberanía, exigiendo por fuerzas tratados de comercio y dimisiones de empleados judiciales? Estará consumada, mientras estuviesemos sugetos á nuestra nacionalidad con las pretensiones de una nacion extraña, de que sus súbditos gocen, no de los mismos, sino de mayores favores y privilegios que los que competen á nuestros compatriotas? Estará consumada aquella obra, mientras dilacerándonos cruelmente unos á los otros, ademas de impedir el desenvolvimiento de nuestros recursos naturales, diesemos lugar á que esa nacion extraña se aproveche de nuestras discordias intestinas, y de las pasiones violentas y negar que ellas engendraron para obtener en nuestras casas una indebida influencia?³⁷.

Ao longo da década de 1830, ainda que os Estados Unidos também procurassem investir nos vizinhos americanos, o país vivia sua expansão territorial e lidava com questões políticas internas, promovendo relações comerciais com os países da América Central. No sentido da “nação estranha”, talvez ele não se encaixasse no termo porque,

³⁵ Marcelo de Paiva Abreu y Luiz Aranha Correa Lago, “A economia brasileira no Império, 1822-1889”, em: *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*, organizado por Marcelo de Paiva Abreu. 2. ed. (Rio de Janeiro: Elsevier, 2014), 5-6.

³⁶ “Bajo el rótulo de “anarquía del año 20”, la historiografía tradicional calificó la catarata de acontecimientos que derivó del literal vacío de poder” *apud*: Marcela Ternavasio, *Historia de la Argentina...*, 121.

³⁷ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

mesmo distanciado das independências americanas por ser anglo-saxão, o país estava no continente. Nesse sentido, as perguntas retóricas se destinavam à Inglaterra, que enxergava a Bacia do Prata como um ponto estratégico de investimento e domínio e era parceiro comercial do Brasil desde o século XVIII. Guido tinha consciência da aproximação do Império com o país europeu e esse era um incômodo na construção de uma política americana, situação que não permitia nem a consolidação dos desejos da independência, nem a resolução dos conflitos internos ao continente, os quais poderiam ser aproveitados para mais e outras inserções da “nação estranha” na América.

Entretanto, a consolidação de uma política americana era uma necessidade geral “á toda la América regenerada; es el sentimiento que por ella anhela un vínculo general de simpatía”, porque seria “la única ventaja” entre os países americanos para fazer frente “al colosal poder de las potencias marítimas de la Europa”. Uma vez unidos e entendendo-se entre si, os países americanos poderiam preparar os armamentos em seus portos para hostilizar esses “outros” e serem indiferentes aos ataques feitos aos companheiros que lutavam pela independência, para que esses ataques não voltassem ao Brasil e aos vizinhos em outro momento³⁸.

A paz exterior na América resolveria a paz interior, “poniendo barreras á la ambicion, á la conquista, y á la desmembracion de los Estados, impidiendo en terminos hábiles, que en un estado se conspire contra el órden legal de otros estados”. Na prática, seria refutar as imposições da Europa marítima, “uniformizando un codigo de derecho consuetudinario, que siendo generalmente adoptado por la América, le dará fuerza moral en su resistencia” e fazer um regra fixa e geral sobre neutralidade para frustrar os ataques diretos: “estos son los objetos que necesita la América de combinacion y concordia entre sus estados, y la política que tuviese por fin el promover esta concordancia y combinacion es la qual merece el nombre de politica americana”³⁹.

A primeira parte das observações de Guido indica que o estabelecimento de um código de direito tornaria esse acordo oficial e afastaria um pensamento utópico de união das Américas que o Brasil poderia ter. Além disso, procura iluminar a ideia de que um problema que acontecia na fronteira do Império com o Uruguai afetava a Confederação, devido à importância geográfica da Bacia, aos acordos feitos sobre o país e a manutenção de sua liberdade em 1828, ao ponto estratégico de comércio que era interesse dos países platinos e às mudanças locais e políticas que esse problema

³⁸ AGN, Sala VII, Fondo Tomás Guido - 1834-1841.

³⁹ AGN, Sala VII, Fondo Tomás Guido - 1834-1841.

causaria, impactando socialmente os países vizinhos. Ou seja: Guido procurou explicar que a participação do Império na política americana afetaria diretamente a resolução de problemas internos seus, também.

A segunda parte é direcionada ao Brasil no título “La política americana es la que conviene al Brasil”, em que Guido afirma, já no início, que “Si los fines á que se dirige esta politica son de alta importancia para el Brasil, y si solo ella los puede conseguir es evidente que mucho nos conviene adoptarla”. Como se não houvesse alternativa para o Brasil adotar a política americana, Guido utiliza uma página inteira para argumentar os motivos da união com os vizinhos pelo Império, a partir das fronteiras do Brasil e seus problemas.

Antes de desenvolver os argumentos de Guido, vale destacar que o governo brasileiro não possuía uma política fronteira definida pelo menos até a década de 1840. Havia uma certa indecisão de qual seria a melhor estratégia a ser empregada quando fosse o momento de resolver essa demanda, visto que o debate girava em torno de dois argumentos: para definir as fronteiras, devia-se tomar como base de discussão o acordo de Santo Ildefonso, firmado em 1777 entre as coroas ibéricas, cuja validade vinha sendo questionada; por outro lado, acreditava-se que o correto seria adotar o princípio do “uti possidetis”, que implicava respeitar os territórios realmente ocupados pelos países contratantes à época da Independência. Diante desse embate, entendeu-se que o Brasil não devia iniciar conversas sobre tratados de limites sem fazer estudos mais profundos, refinar os argumentos e investigar a capacidade econômica dos territórios fronteiriços. O obstáculo estava no fato de que grande parte da documentação comprobatória sobre o histórico de nossos limites geográficos e fluviais estava em Portugal⁴⁰.

A situação das fronteiras voltou ao debate após 1822, quando o Brasil independente teve que dialogar com os países fronteiriços para garantir o domínio de uma extensa faixa territorial. Nesse contexto, o mito da “Ilha Brasil” justificou a organização das fronteiras porque elas eram naturais e anteriores à chegada dos colonizadores portugueses, tornando a definição do território brasileiro anterior à formação do Estado Nacional. Caberia ao governo imperial dar continuidade ao trabalho de conquista e delimitação iniciado durante a época colonial por meio da permanente

⁴⁰ José Miguel Arias Neto, “Entre o Eldorado e o Inferno: representações do Rio Amazonas na política externa do Império” em: *A natureza dos rios: história, memória e territórios*, organizado por Gilmar Arruda. (Curitiba: Editora da UFPR, 2008), 227-230.

“ocupação” do território, inspirando-se nos bandeirantes que ignoraram os limites firmados pelo Tratado de Tordesilhas e “interiorizaram” a colônia no século XVII⁴¹.

A mesma política devia ser adotada quando o assunto fosse a liberação dos direitos de navegação do rio Amazonas. A princípio, havia o temor de perda de soberania pelo caráter transnacional do rio, pois cortava vários países ao norte da América do Sul, e a pouca ocupação administrativa da região facilitava o contrabando e a extração de produtos sem que o governo brasileiro tivesse conhecimento. Em 1829, o Marquês de Aracati, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, orientou Duarte da Ponte Ribeiro, diplomata representante do Brasil no Peru, a estabelecer relações de amizade e boa vizinhança, afastar a ideia de que a Monarquia representava uma ameaça aos vizinhos, estreitar laços políticos e comerciais quando possível, mas não deveria responder ou ter uma iniciativa de diálogo sobre o estabelecimento de fronteiras entre os dois estados. O ministro terminou suas orientações ao diplomata dizendo: “sustentará estas razões, dizendo sempre que o Governo Imperial está cuidando em tomar todos os esclarecimentos, para depois entrar na negociação de um tratado”⁴².

O Império se consolidou em um território de dimensões continentais, com um histórico de conflitos fronteiriços com as antigas colônias espanholas que precisavam ser resolvidos com uma certa urgência. Parte da resolução envolveu estabelecer acordos com dez países vizinhos, cada qual com suas peculiaridades, a partir de diferentes estratégias de negociação, com o objetivo de manter a unidade territorial⁴³. É possível que o conhecimento de Guido sobre os debates envolvendo as fronteiras do Brasil fosse restrito ao que chegava até ele pela imprensa e pelos contatos com sua rede no Império, mas o tema dos limites territoriais era caro para os países americanos em formação e um problema para boa parte deles. Assim, o diplomata começa a segunda parte dos textos com outra série de perguntas retóricas sobre os eventos que envolveram fronteiras e territórios na década de 1830:

Y habrá quien dude que el Brasil tiene interes en impedir que un ambicioso por ejemplo, como Santa Cruz, nos usurpe la margen izquierda del Jaurú? que un Dr. Francia venga a restablecer la antigua ciudad real de la Guaira? que el Perú, Ecuador y Nueva Granada bajen el Amazonas, fundadas en la erronea y preocupada opinion de Condamine? Habrá quien dude que nos

⁴¹ Ivan Tiago Machado Oliveira. “Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil”. *Revista Urutagua, Maringá*, N° 15, 2008, 53-60. Disponível em: <www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

⁴² Duarte da Ponte Ribeiro. “Primeira Missão Brasileira ao Peru (1829-1832)”. *Cadernos do CHDD*. Ano IX, N° 17, 2010, 107-108. *apud*: Cristiane Maria Marcelo, “Território e Nação no pensamento de Duarte da Ponte Ribeiro”, em: *I Seminário Internacional Brasil no século XIX*. (Vitória: UFES, 2014), 9.

⁴³ Marcelo, “Território e Nação...”, 4.

conviene impedir que para lo futuro se conspire en las fronteras del Uruguay contra el órden legal del Imperio, como ha hecho impunemente Bento Gonzalves? que en Bolivia y en el Perú se armen bandos para perturbar la paz en Mattogrosso y en el Alto Amazonas?⁴⁴

Guido trouxe algumas informações: a ação do general Santa Cruz, líder da Confederação Peru-Boliviana em 1837 com a guerra declarada pelo Chile contra o Peru e apoiada por Rosas; a margem esquerda da Foz do Rio Jauru (estado do Mato Grosso), que faz fronteira com o Paraguai e que poderia ser um ponto de conflito com o antigo general; ressalta a possibilidade de “un Dr. Francia”, alguém que se parecesse a José Gaspar Rodríguez de Francia, considerado “ditador” por ter defendido a “província rebelde” do Paraguai na dissolução do Vice-Reino do Prata no cabildo aberto 1810⁴⁵; a “Ciudad Real del Guahyrá”, uma antiga cidade do Império Espanhol, separada pelo Rio Paraná do Paraguai, que “un Dr. Francia” poderia tomar como parte do país e, com isso, invadir o Brasil pelo Sul e uma crítica às pesquisas do cientista francês Charles-Marie de La Condamine que, entre 1735 e 1743, analisou a fauna, a flora, a população nativa, a história e a antropologia da bacia amazônica e do Equador. A “erronea y preocupada opinion” do cientista ganhou esse adjetivo porque ele era francês e sua análise adotou um padrão cartográfico europeu, “assim como sobre a sua apropriação e incorporação arrogantemente seletiva no saber europeu, obliterando as origens, principalmente de culturas nativas”, presentes em suas publicações a partir de 1745⁴⁶.

Guido ainda destaca o perigo da formação de bandos que afetariam a “paz en Mattogrosso” nas fronteiras com o Paraguai, e segue o texto destacando a importância de agir logo em Montevideu para que não houvesse necessidade de se armar para combater as “fuerzas dirigentes contra nuestras playas como ha acontecido con las que la Francia ha movido ultimamente contra B.aires”. Conclui as perguntas retóricas com sua opinião: “Pareceme que no habrá quien niegue estas ventajas de una Liga Americana, pasará sin embargo á pesar las razones que se pueden alegar contra ese sistema, y espero no será difícil combatirlas”⁴⁷.

⁴⁴ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

⁴⁵ Dr. Francia formou uma Junta Superior que suspendeu “o reconhecimento das Cortes, do Conselho de Regência e de toda e qualquer representação da Coroa espanhola como autoridade Suprema ou Superior desta Província até a decisão final do Congresso Geral a se reunir em Buenos Aires”. Ele também foi responsável pelo isolamento do Paraguai entre 1813 e 1816, hostilizando os problemas ainda por resolver com Buenos Aires e o Brasil. Washington Ashwell, “La Independencia del Paraguay y sus conflictos con Buenos Aires” em: *Aislamiento, Nación e Historia en El Río de La Plata: Argentina y Paraguay. Siglos XVIII - XX*, editado por Liliana M. Brezzo. (Rosário: República Argentina, 2005), 167.

⁴⁶ Oscar Matsuura, “Charles-Marie de La Condamine (1701-1774)” *Revistacienciaecultura*, 2020 Disponível em: <<https://revistacienciaecultura.org.br/?p=2658>>. Acesso em: 12 set. 2025.

⁴⁷ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

Nesse momento do discurso, Guido trabalha com o que ele nomeia por “política brasileira” e “política americana”. Notoriamente diferentes, o diplomata aproxima as duas e sustenta que a “política brasileira” é, no final das contas, a própria “política americana”, “y parece esta frase una apelación vana y sofisticada al sentimiento de la nacionalidad”. Ele volta em seus argumentos geográficos e territoriais abordados anteriormente, perguntando-se como o Brasil pode ser oposto à política americana se “tiene interés en ligarse con las naciones americanas para promover la conservación de su nación y de su paz interna, y para hacer efectiva la ventaja que tenemos contra las naciones europeas de la distancia en que están de nosotros”. O jogo de palavras e explicações parecem confusas, mas Guido segue seu texto, a fim de mostrar “que la política americana es la verdadera política brasileira”⁴⁸.

Então, o argentino rebate as qualificações de “cosmopolita” que poderiam ser feitas ao plano. Para ele, a política é nacional, “fundada en las simpatías de la nación, y en sus verdaderos intereses” e, mais uma vez, toca em uma possível presença da França bloqueando e dominando Buenos Aires como forma de dizer que esse domínio afetará “nuestro” comércio. O uso da flexão verbal na primeira pessoa do plural continua:

No tenemos en general mucho interes en que se mantenga la paz en los estados que nos cercan, y para que no se comuniquen á nuestro territorio los efectos de la guerra, para que no se interrumpan las relaciones de comercio y de amistad que naturalmente existen en todos los países con sus limitrofes. No merece pues la denominacion de cosmopolita la politica americana, sino de nacional⁴⁹.

É interessante identificar a forma como Guido articula a ideia do americanismo neste texto, com um discurso que aponta no próprio Brasil os motivos pelos quais não faz sentido o país afastar-se dos vizinhos. Se o argumento do Império era não se aliar às repúblicas para manter a paz e a ordem interna porque havia tensão sobre as fronteiras do Império e discordância com os governos adotados, Guido insere o Brasil na política americana justificando o movimento pela manutenção das relações de amizade, tão caras ao país e à América em formação. No final das contas, a política americana, apresentada por ele na primeira parte, era uma política que também buscava a ordem interna, que estava disposta a proteger os principais países de possíveis ataques e que desejava manter relações comerciais entre eles para o fortalecimento em conjunto. Apoiando na política externa brasileira daquele contexto, impactada pela instabilidade governamental e pelos problemas gerados pela Farroupilha com relação ao Uruguai, e

⁴⁸AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

⁴⁹ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

adotando a neutralidade como princípio ativo, Guido torna a postura do Ministério dos Negócios Exteriores a própria postura desejada pela política americana.

Para Guido, caso o Brasil saísse desse lugar neutro, “afirmando internacionalmente las bases sobre que estamos dispuestos á concluir tratados de comercio”, a resposta à Europa seria sem “ese sistema de apatia” e os princípios americanos encontrariam a coragem que está “en todo corazon brasileiro”. Assim, até mesmo os “republicanos de buena fé” e os que consideravam a monarquia “adversa á los intereses americanos” seriam favoráveis à ordem do país. Caso não o fizessem, “se tornarán los enemigos del trono brasileiro”. O fechamento da segunda parte do documento une o “pueblo brasileiro” ao monarca, já que os brasileiros deveriam “ayudar al gefe de la nacion en la gloriosa empresa de defender sus intereses y mantener ilesa su dignidad”. Nesse sentido, havia a

necesidad de persuadir al pueblo brasileiro, de que sus intereses, su dignidad, su soberanía, su nacionalidad, encontrarán en el trono de nuestro augusto monarca un apoyo eficaz y complejo, que ese trono tan idolatrado por los buenos brasileiros, que ese trono que nos ha servido hasta hoy de paladión en el interior, no dejará de emplear todos los medios, no dejará perder una sola de las ventajas geomórficas y de simpatias que hacen la causa de America una sola, para conseguir aquellos sublimes fines.[...]”⁵⁰.

Vale destacar que a soberania era representada pelo monarca “idolatrado por los buenos brasileiros”, ainda que fosse necessário convencer o “pueblo” da política americana, como se os brasileiros tivessem real poder de decisão na política imperial. O que é curioso, já que Guido tinha conhecimento de como o conceito de soberania era praticado no Império, ainda que pontualmente durante os debates para formar a Convención de 1828. No Brasil, a mudança do conceito de soberania veio na década de 1820, marcada pelo movimento constitucional em Portugal e pelo retorno da Família Real à Europa. O povo e o rei, que antes tinham seus lugares precisos e estáveis no interior de uma concepção tradicional de soberania e de governo, transformaram-se em conceitos problemáticos e imprecisos em uma realidade política marcada pela contingência. A primeira representação nacional tomou forma com a permanência de Dom Pedro na colônia e a proclamação da independência em 1822.

A soberania do povo não era total, mas partilhada e controlada pelo poder monárquico, até porque, “era imperioso afirmar que ‘a soberania reside essencialmente na nação’ e nunca que ‘o povo inteiro de uma província é soberano’, pois, do contrário

⁵⁰ AGN, Sala VII, Fondo Tomás Guido - 1834-1841. Escrita original mantida. “Paladión” pode significar segurança ou defesa.

‘teríamos tantas soberanias quantas províncias, o que seria ridículo, absurdo e uma desgraçada anarquia’”⁵¹. Diante do perigo da fragmentação territorial, afirmou-se que o poder do rei, com um vínculo direto e efetivo com o povo, seria o primeiro representante da nação sobre os demais poderes. Dessa forma, a “nação brasileira” delegava seu poder juntamente a seus representantes, a Assembleia geral e o Imperador, e a soberania, portanto, era concentrada no poder do Estado, enquanto o “povo” seguiria sob tutela do mesmo.

Ao longo da década de 1830, a disputa entre a concepção unitarista e federalista de soberania marcou os debates da Câmara e a formação de partidos políticos brasileiros, bem como no pedido de uma reforma descentralizadora e nas revoltas ocorridas nas províncias. Diante das ameaças de fragmentação do Império e da desordem social, um movimento nomeado como “regresso conservador” formou-se dentro da Câmara, a fim de frear as conquistas liberais e federalistas e retomar o espaço da Coroa no Brasil. O período regencial modificou o decreto da maioria de Pedro de Alcântara e a soberania voltou ao cenário político e monárquico em 1840:

As elites políticas se uniram em torno de um conceito de soberania, de cunho, ao mesmo tempo monárquico e liberal conservador caracterizado pela concepção de que o Monarca é o primeiro representante da nação, acima de todos os outros poderes, lugar que lhe é dado pelo vínculo direto e afetivo com o “povo”. Este povo, por suas características históricas, não poderia ser o único titular da soberania, precisando de tutela. [...] Tal conceito de soberania foi um dos esteios à estabilidade política que caracterizou a maior parte do Segundo Reinado⁵².

Enaltecendo o monarca como tutor do “pueblo”, a ponto dos brasileiros idolatram o rei, Guido utiliza um último artifício para convencer o Brasil da política americana: as repúblicas vizinhas. Sabendo que o debate “anti-republicano” era antigo, observando que a reconsolidação do Império era centralizadora e que a Farroupilha ainda ameaçava a ordem do país no Sul, o diplomata equipara os sistemas de governo, indicando que as questões observadas na parte dois do documento serviam também “á los estados republicanos q. nos cercan”, já que o cuidado e a desconfiança que as repúblicas tinham para com o Brasil desconsideravam “que nuestros intereses son comunes con los suyos”. A solução de Guido então, era mostrar que “nuestras instituciones monarquicas solo tienen por fin el sostener los intereses y dignidad de una

⁵¹ Luisa Rauter Pereira, “Soberania - Brasil” *apud* Noemí Goldman (ed). “Soberanía en Iberoamérica. Dimensiones y dilemas de un concepto político fundamental, 1780-1870”. en: *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Iberconceptos II*, coordinado por Javier Fernández Sebastián. (Madrid: Universidad del País Vasco; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014), 65.

⁵² Pereira, “Soberania - Brasil”..., 68.

grande porcion de la America Meridional” e que a única forma das repúblicas não sentirem medo do Império era a união de forças com o mesmo⁵³.

Pode parecer que Guido é contraditório ao equiparar sistemas antagônicos entre países afastados politicamente. Mas o diplomata também usa o pronome “nuestro” e suas variações para identificar instituições e princípios comuns ao Império e às repúblicas, como a Câmara dos Deputados, o desejo de liberdade e a manutenção da ordem. Convencer o Brasil de que as repúblicas entenderiam a proteção às fronteiras atlânticas do Império como cuidado a elas mesmas foi uma saída diplomática para apresentar a proposta da Liga Americana. O jogo de palavras aproveita a instabilidade da política imperial interna para articular conceitos em um cenário de crise, fazendo um giro discursivo para convencer melhor o(s) leitor(es).

Guido começa a terceira parte com um comentário de um deputado de Pernambuco, “respectable brasileiro, dotado de grandes talentos, y animado de sentimiento dignos del anejos americanos”, que teria indagado qual foi o resultado do Congresso do Panamá (de 1826). Guido comenta que examinará “á sangre fría cuales han sido las causas de la frustración del proyecto del Congreso de Panamá, á fin de buscar los medios de removerlas ó destruirlas” enumerando os motivos que dificultavam a organização de uma reunião em que todos estivessem, bem como o receio de um projeto “de tamaña transcendencia”⁵⁴.

A aliança entre os países americanos promoveria a paz e o desenvolvimento dos recursos internos, “que ciertamente nos elevará dentro de pocos años al mas alto grado de prosperidad y fuerza”. Os artigos dessa aliança passariam por acordos de comércio, navegação e controle dos portos, mantendo a independência de cada Estado e os poderes dos agentes diplomáticos e consulares de acordo com o direito internacional, a fim de que, “con prevision y actividad se podrá mui eficaz la accion del tratado de alianza recomendado”. Guido encerra o documento dizendo que expôs as bases da Liga com timidez, mas que tem esperança de ter chamado a atenção dos “profundos pensadores” para que outras contribuições sejam feitas de forma a corresponder aos “deseos y fines de tantos millones de americanos”⁵⁵.

Algumas considerações: o amplo uso de adjetivos para uma pessoa ou para um país era, também, uma marca do discurso governista de Rosas. Tanto para enaltecer,

⁵³ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

⁵⁴ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

⁵⁵ AGN, Sala VII, Fundo Tomás Guido - 1834-1841.

como para diminuir, o vocabulário escrito era vasto, colocado em expressões com 4 ou 5 adjetivos, com a função de marcar aquela pessoa ou nação. Esses excessos faziam parte da eloquência discursiva, composta por desvio de informações, destaque em detalhes de uma situação, questionamentos retóricos, criação de fatos, entre outros. Ao longo do texto de Guido, a fluidez de seus argumentos esbarraram nessa eloquência discursiva no uso de adjetivos, como os que enaltecem o deputado pernambucano. Mas marca o desvio de informação sobre o Congresso do Panamá.

De maneira geral, o Congresso iniciou um movimento de coesão dos Estados latino-americanos, no sentido de criar uma liga de Estados americanos independentes, que representariam uma união continental tendente a resolver pacificamente os litígios internacionais, abolir o tráfico negreiro e garantir a existência permanente de uma confederação em que todos os Estados participantes tivessem igualdade de tratamento a fim de estabelecer uma aliança contra agressões externas. Liderado por Simón Bolívar em 1824, contou com os estados latinoamericanos em um primeiro momento, ampliando o convite ao Brasil em 1825, feito pelo Ministro Plenipotenciário da Colômbia, Manuel José Hurtado. Apesar das manifestações favoráveis à participação do Brasil por Simón Bolívar, esperava-se que o convite fosse negado pelo governo brasileiro devido às diferenças de sistema político e às disputas territoriais em curso com as Províncias Unidas do Rio da Prata na Guerra da Cisplatina⁵⁶. Mas Imperador Dom Pedro I, sob influência do apoio britânico ao Congresso, aceitou o convite, comprometendo-se a enviar seus delegados ao Panamá com duas condições: que o país mantivesse sua neutralidade na guerra com a Espanha e que o apoio ao Istmo não interferisse nas gestões que visavam o reconhecimento internacional do Brasil. Assim, o Imperador designou dois observadores a participarem do Congresso, mas os retirou depois, aparentemente para evitar interferências no conflito com Buenos Aires⁵⁷.

Entre os motivos pelos quais o Congresso fracassou, Tulio Halperin Donghi aponta que Bolívar não havia percebido a realidade social pós-revolucionária: as elites urbanas, que deveriam ter uma participação maior nas assembleias, estavam enfraquecidas pela crise revolucionária, ao passo que as elites rurais tendiam a buscar apoio nas forças militares locais. Bolívar não ignorava que a ordem pós-revolucionária

⁵⁶ Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *O Brasil entre a América e a Europa. O Império e o Interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. (São Paulo: Editora Unesp, 2004), 65.

⁵⁷ Germán A. de la Reza, “Más allá de la negligencia racional la Asamblea de Tacubaya, 1826-1828”. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, 2005, 30; Santos, “O Brasil entre a América...”, 70.

estava substancialmente confiada aos militares, mas para ele esse aspecto representava uma fase provisória. Além disso, a ideia de união entre os Estados fazia referência aos antigos vice-reinos e as elites, que haviam ganhado força no processo de independência, desejavam estabelecer seus projetos políticos próprios⁵⁸. O que ficou do Congresso foi o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua do Panamá, que consagrou princípios como respeito à soberania exterior dos Estados, à defesa da integridade territorial e à aceitação de princípios do que viria a ser o Direito Internacional⁵⁹.

As frustrações que Guido buscava remover ou destruir já estavam postas. Em 1839, o Congresso do Panamá fazia parte de um passado em que os países lutavam para se organizar e que a união entre os americanos fazia sentido principalmente na defesa contra os estrangeiros. A pergunta do deputado pernambucano sobre os efeitos do Congresso havia sido respondida, porque não houve outro encontro entre países depois de 1826 devido à contingência. Com relação ao Brasil, Guido poderia ter argumentado que era difícil saber o resultado de um congresso fracassado, mas saiu pela tangente dizendo que era difícil fazer uma reunião nesta dimensão. Daí o desvio de informações: no parágrafo seguinte de seu manuscrito, retoma a ideia de uma Liga Americana, envolvendo acordos comerciais, cuidados com as marinhas e parcerias políticas pela manutenção da ordem. Então, pode-se entender que a proposta de Guido visava unir o Brasil à Confederação Argentina, a fim de manter os ideais de Rosas sobre o Prata em vigor e impedir que o Império expandisse suas fronteiras, articulando-se com o Paraguai e com o Uruguai.

Nesse sentido, as observações do general argentino giram em torno do medo de Rosas sobre a Bacia de Rosas e de seu desejo de criar uma boa imagem da Confederação. Olhando especialmente para o ano de 1839, Buenos Aires vivia o que Jorge Myers classificou como período unanimista, em que boa parte da província era favorável - ou fora forçada a ser - a Rosas. Era de bom tom que Guido alongasse seus argumentos para com um Brasil que interferia nos interesses rosistas por meio da Farroupilha, principalmente por ter uma política pouco firme com relação à entrada de unitários em solo brasileiro⁶⁰.

⁵⁸ Tulio Halperin Donghi, *História da América Latina*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005), 78-79.

⁵⁹ Santos, "O Brasil entre a América...", 89.

⁶⁰ Jorge Myers, *Orden y virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*. (Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1995).

CONCLUSÃO

Em 1841, Guido chegou ao Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, para a coroação de Dom Pedro II como Imperador do Brasil. Sua missão foi classificada como extraordinária, mas não foi encontrado um documento assinado pelo ministro das relações exteriores em Buenos Aires, Felipe Arana, que mostrasse sua função no Império. A documentação existente indica que Arana comunicou a viagem de Guido ao Imperador apenas em 1842, de forma a legitimar a presença do ministro.

A política externa brasileira seguiu como um tema importante para Guido enquanto esteve no Império, sobretudo quando mobilizou sua rede diplomática e os ministros brasileiros a assinarem um Tratado de Aliança com a Confederação Argentina em 1843. Entre os principais tópicos do acordo estava a resolução da Farroupilha e pacificação dos “rebeldes” da província. Ratificado em maio do mesmo ano pelo Imperador, o tratado foi rejeitado por Rosas com a justificativa de que o mesmo havia excluído o general Manuel Oribe, do Uruguai, dos debates e da assinatura, uma vez que ele era o representante legal do país.

Nesse contexto, o Uruguai vivia uma crise política interna que colocava Oribe contra Fructuoso Rivera, uma disputa de projetos nacionais e princípios políticos que atravessou as décadas de 1840 e 1850. Rosas estava ao lado de Oribe, mas o motivo da rejeição ao tratado era que ameaças marítimas francesas a Buenos Aires haviam sido resolvidas e o governador poderia continuar seu projeto de ampliar sua influência na Bacia do Prata⁶¹.

O posicionamento de Guido na organização de seu discurso permite observar parte do seu fazer diplomático, em um contexto em que a diplomacia latinomaericana girava em torno da presença de representantes nos países para o estabelecimento de acordos comerciais e políticos. Ele, com o título de general, amigo pessoal de José de San Martín e com conhecimentos históricos, conseguia articular a relação entre o governo rosista com os países, em um cenário onde Rosas começava a expandir suas ideias violentas e suas investidas territoriais entre os vizinhos.

A documentação analisada demonstra que a relação com o Brasil fez parte das preocupações geopolíticas de Rosas, que gerou a articulação de interesses territoriais, projetos ideológicos e disputas por prestígio regional, mesmo em um cenário de instabilidade política brasileira em um contexto regencial e com Guido olhando para o Império desde o Chile. A abordagem adotada para a análise do documento central deste

⁶¹ Francisco Doratioto, *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. (2. ed. Brasília: FUNAG, 2014), 225.

artigo desloca o foco de batalhas e tratados para os processos cotidianos da negociação diplomática, do embate discursivo e da construção simbólica do “outro” nas relações internacionais. Além disso, expõe as ideias de um ministro que representava a Confederação e que observava - como presente no título do documento - as movimentações do Brasil para com as repúblicas vizinhas, marcadas por um “virar de costas” e um olhar aproximado da Europa.

A historiografia argentina dedicada ao período rosista tende a privilegiar o estudo das disputas internas entre federalistas e unitários, bem como as relações conturbadas com Montevideú, os atores políticos uruguaiois, como Rivera e Oribe nas décadas de 1840 e 1850 e as relações com Inglaterra e França. Ainda que o Brasil apareça em alguns estudos como um obstáculo à política rosista, sua presença raramente é analisada. O presente trabalho, ao eleger essa relação como objeto central, contribui para preencher essa lacuna e conferir outros panoramas da política externa da Confederação.

Os trabalhos sobre política externa rosista com relação ao Brasil são escassos; as pesquisas tendo Tomás Guido como objeto somam três. Dessa forma, o esforço promovido aqui objetiva ampliar as possibilidades de pesquisa dentro da Nova História Diplomática e na historiografia brasileira, mas especialmente na historiografia argentina, que caminha nesse campo procurando abrir outras frentes de trabalho, com agentes oficiais ou não e fontes não oficiais, para revisar sua história nacional a partir do viés diplomático. Enfim, é mais uma forma de aportar contribuições em áreas de pesquisa que se pretendem renovar o fazer histórico a partir de perspectivas atualizadas.